

HERMES GILBER UBERTI*

Primeiras palavras

Este texto almeja discutir teias de compadrio tecidas pelo casal Zeferino Alves Machado e Mariana Leite da Conceição junto às “gentes”¹ que viviam em São Vicente, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XIX. Os elos compadrescos serão abordados enquanto mecanismos que auxiliavam no processo de estabelecimento e ou ratificação de redes sociais. Teias por onde perpassavam estratégias familiares que contribuíram no processo de notabilidade social obtida pelos Alves da Conceição.

No que tange o aporte teórico-metodológico iremos nos valer da micro-história social italiana que tem propiciado “outra leitura do social” na medida em que possibilita tratar dos “temas mais diversos de investigação a partir de uma perspectiva sintética e integradora, ao mesmo tempo em que atenta para a densidade e singularidade dos seus objetos” (GRENDI apud LIMA, 2006: 158).

No que toca o exercício de micro-análise que ora pretendemos desenvolver, intentamos utilizar o paradigma indiciário trabalhado por Ginzburg (2007), buscando pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da trama. Desta forma, além dos registros religiosos, obtidos junto aos arquivos da Mitra Diocesana de Bagé (AMDB) e da Arquidiocese de Santa Maria (AASM), iremos também buscar “sinais” em outras fontes manuscritas conseguidas em arquivos de natureza não eclesiástica. Assim, iremos utilizar documentos que foram garimpados junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Arquivo do Judiciário Centralizado (AJC) e no Tabelionato de registros civis do município de São Vicente do Sul. Entre as fontes manuscritas destacamos as correspondências das câmaras de São Gabriel e São Vicente, atas das eleições, qualificações da Guarda Nacional, registros paroquiais de terras, registros notariais, inventário *post-mortem* e certidão de óbito.

* Doutorando junto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Coordenador dos Programas Educacionais do Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha); Bolsista PROSUP/CAPES.

¹ A expressão gentes foi trabalhada por Rodrigo Weimer que a entende como “*uma maneira mais genérica de referir-se à pluralidade de arranjos familiares [...] além de ser mais fiel às representações coletivas de relações de parentesco*” (2013: p. 7).

Outra possibilidade trazida a lume por esse procedimento analítico é à onomástica, onde o nome de certa forma passa a “conduzir” o enredo, pois “o centro de gravidade do tipo de investigação micronominativa que aqui propomos persegue indivíduos concretos, buscando descobrir uma espécie de teia de aranha espessa, a partir da qual seja possível obter a imagem gráfica da rede de relações sociais em que o indivíduo está integrado” (SERNA e PONS, 2012: 44). Linhas que partem e convergem para o nome, compondo uma espécie de teia de malha fina, onde se pode ter um panorama das urdiduras firmadas pelos cônjuges Zeferino e Mariana juntamente a outros núcleos familiares que viviam nas imediações da estância de São Xavier. Tendo o foco de análise a prática cultural do compadrio e as várias faces que ele poderia encerrar, entre elas, a ratificação de redes de vizinhança por onde circulavam interesses de ordem econômica e política.

Entre as produções historiográficas que tivemos acesso e que se propuseram a abordar os elos compadrescos elenca-se a tese de Martha D. Hameister (2006) que destacou às possibilidades de análise do parentesco fictício enquanto um mecanismo de afirmação social. Onde o tamanho do capital social de um indivíduo e ou de sua família passava pelo número de vezes que havia comparecido a pia batismal na condição de padrinho/madrinha. Desse modo os círculos sociais “extrapolavam os muros da igreja”, na medida em que o apadrinhamento abria uma série de espaços que iam além dos preceitos religiosos. Destarte os laços do parentesco ritual encontravam consonância com as regras da sociedade brasileira baseada na família extensa² que abria muitas possibilidades de “se aparentar” e exercitar vários tipos de mandonismos ligados as práticas clientelistas.

Outro mote trabalhado pela autora esteve ligado à herança imaterial da graça, isto é, o estabelecimento do prenome recebido no momento do batismo enquanto uma graça que possibilitava a pessoa adentrar no mundo da cristandade. No caso dos pais transmitir o nome completo a prole, seria um ardil fundamentado “no sentimento de que os pais se continuam nos filhos. Estes são, assim, uma extensão da pessoa que lhes dá o ser, ou seja, são a mesma pessoa” (HESPANHA, 1993: 955). Em relação aos padrinhos o ato de nomeação do afilhado poderia se constituir num mecanismo de afirmação social, pois o prenome assumiria a

² Samara (2003) defendeu que a família deve ser entendida em um conceito mais amplo, que ultrapasse critérios mais rígidos como a co-habitação e consangüinidade na definição de quem era parente. Nesse sentido Richard Graham discorre que “os laços de parentesco ritual, também eram importantes. Ser padrinho, a filhado, compadre ou comadre no Brasil [...] envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, portanto de influência e até mesmo de autoridade”. Na medida em que “esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo” (1997: 37).

condição de bem simbólico, que possibilitaria os padrinhos serem reconhecidos através do afilhado. Nesse sentido iremos destacar a transmissão da graça feita tanto pelos pais quanto por padrinhos enquanto prática social, passível de estabelecer e ratificar nomes que poderiam circular num mesmo ramo familiar por várias gerações.

Outra categoria que será de grande valia para ancorarmos nossas reflexões é a de estratégia que segundo o entendimento de Jacques Revel (1998: 26) “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada”. Acreditamos que os escritos de Simona Cerutti também nos servem para pensarmos a questão dos estratagemas sociais, principalmente quando alertou sobre os perigos das pré-determinações de grupos tentando defini-los a *priori*, bem como de seus ardis, o que pode incorrer numa lógica mecanicista da sociedade, uma vez que “as regras do jogo são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência do indivíduo” (apud REVEL, 1998: 188). Os estratagemas serão de grande valia principalmente quando discutirmos os mecanismos utilizados pelos Alves da Conceição que na busca de reconhecimento social mantinham junto à casa de moradia o oratório particular dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Espaço onde dezenas de neófitos foram remidos do pecado original através do batizado, rito religioso que podia simultaneamente corroborar na sedimentação de outros tipos de liames.

Em relação à definição de rede iremos recorrer àquela que foi proposta por Cacilda Machado (2008: 18) enquanto “um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que os afeta a todos direta ou indiretamente, ainda que de maneira desigual”. Do ponto de vista analítico elas podem se constituir em poderosa ferramenta permitindo “al mismo tiempo, el recorte analítico y la restitución de la unidad ambigua de las cosas” refletindo sobre “la frontera entre la descripción y la elaboración de modelos” (MOUTOUKIAS, 1995: 227). No estudo que ora se apresenta iremos analisar as algumas “faces” que permearam os círculos de compadrio firmados pela família dos Alves da Conceição que consubstanciaram, entre outras, malhas de natureza política, de vizinhança, clientelares e familiares.

O balanço das redes

Antes de tratarmos das relações de compadrio e dos desdobramentos que elas engendraram faz-se necessário uma rápida caracterização dos personagens centrais deste texto, Zeferino Alves Machado (1830-1886) e sua esposa Mariana Leite da Conceição (1834-1924). Ele era natural da freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, sendo filho de Francisco Alves Damasceno e Joaquina Fagundes Bittencourt conforme sugerem os registros paroquiais de batismo de seus filhos. Não sabemos ao certo quando se uniu em matrimônio com Mariana Leite da Conceição, sendo que a mesma era natural da freguesia de São Vicente e teve como seus genitores João Leite dos Santos e de Maria da Conceição. O que conseguimos apurar foi que por volta de 1851 nasceu a primeira filha do casal, denominada de Joaquina, além dela também se constituíram em membros da prole dos referidos consortes Maria, Rita, Candida, João e Quirino.

Ainda na década de 1850 foi possível averiguar, através dos registros paroquiais de terras, que Zeferino e Mariana eram detentores de duas propriedades. Nas declarações feitas pelo “cabeça” do casal constaram que elas tinham sido obtidas através de direitos de herança. Naquela feita os consortes moravam na serra de São Xavier, pequeno rincão que ficava localizado a cerca de quatro léguas do povoado de São Vicente, local onde haviam constituído seu “arranchamento” e viviam do “cultivo de suas roças”³.

Entre as relações de compadrio firmadas pelos cônjuges destacam-se as que foram constituídas com Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos no ano de 1861. Tendo como palco a capela de São Vicente onde ocorreu o batizado da menina Candida⁴. O referido registro talvez nos revele aquilo que Hameister (2006) tratou como a transmissão de um bem simbólico ligado a “graça”, pois a criança recebeu o prenome dos padrinhos. Por seu turno, “ao ingressar na família espiritual de seus padrinhos, o fez na condição de débito: pois lhe devia o ingresso no mundo católico bem como seu próprio nome” (IDEM: 80). Já do ponto de vista dos padrinhos, mais que uma lisonja, tal situação quem sabe aponte na direção de mecanismos de ascensão e reprodução social, pois ao “emprestarem” seu prenome a menina também poderiam ser reconhecidos através de sua afilhada. Pouco depois a dádiva seria retribuída, uma vez que Zeferino e sua mulher abriram as portas da casa de moradia a fim de que os compadres Cândido e Cândida recebessem as

³ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 32v. e 33, n.º 123 e 125.

⁴ AMDB, **Registro de batismo de Candida**. São Gabriel, a. 1861, liv. 6, ff. 54, n.º 264.

bênçãos do matrimônio segundo o rito romano, tendo como testemunhas, além do casal proprietário do oratório, os cunhados José Maria Machado de Bittencourt e Maria Victorino dos Santos⁵.

Por essa época o compadre Cândido já despontava como uma das lideranças políticas do partido liberal junto aos homens que viviam no povoado ou nas imediações de São Vicente. Tendo em vista que havia sido eleito em 1863 para servir no cargo de juiz de paz distrital, função esta que ocuparia por pelo menos mais uma vez na década seguinte⁶, sugerindo-nos a existência de um capital político em torno de seu nome⁷. Outra nuance que essa conexão de parentesco ritual trouxe em seu bojo dista sobre o fato de que quando Cândido desempenhou a função de juiz de paz pela segunda vez contratou seu compadre Zeferino para que abrisse a picada que posteriormente possibilitou a instalação de colonos de origem germânica na localidade denominada de Sertão, área que ficava nas imediações das propriedades dos Alves da Conceição⁸. Tal acontecimento nos revela que “por detrás da pia batismal” e das relações simbólicas que encerravam os ritos religiosos perpassavam questões mundanas, tais como a possibilidade do compadre agregar renda através da prestação de trabalho para municipalidade.

Entre as possibilidades apresentadas por João Fragoso para a abordagem microssocial, a partir dos assentos paroquiais, está a de “recuperar o cenário em que se desenrola o processo geracional da ação social” (2010: 76). Desse modo, os Alves da Conceição se revelaram uma família muito solicitada na tarefa do compadrio na freguesia de São Vicente Ferrer. Possivelmente em muito tenha contribuído para os vinte e um afilhados que o casal Mariana e Zeferino obtiveram, o fato de manterem junto à casa de moradia um oratório particular dedicado a Nossa Senhora da Conceição⁹, local onde foram “costuradas” boa parte das alianças sociais ligadas ao parentesco ritual.

⁵ AMDB, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorino dos Santos**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv. 4, ff. 3, n.º 8.

⁶ AHRS, **Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel**. a. 1863 e 1872, cx. 205 e 207, m. 240 e 243.

⁷ Entre as atribuições do cargo menciona-se a elaboração das listas nominativas que seriam usadas durante as eleições e a entrega dos diplomas que possibilitariam os cidadãos se apresentarem junto às mesas paroquiais como votantes. Ademais, também era de responsabilidade do juiz participar dos processos de qualificação da Guarda Nacional determinando quem seria incumbido do serviço regular ou quem ficaria na reserva da instituição, assim como também passava pelo seu crivo as indicações de quem ocuparia os postos de comando.

⁸ AHRS, **Correspondências da câmara**. São Gabriel, a. 1875, cx. 205, m. 243.

⁹ Luiz Mott destacou que a devoção a essa santa se constituía numa entidade “*que tinha invocação*” desde a época “*do império português*” (1997: 164). Donald Ramos (2004) apontou que a referida entidade religiosa, era muito invocada tanto por parturientes quanto por parteiras no momento do nascimento. Rodrigo Weimer (2013) destacou a figura da santa católica como um tecnónimo ligado a devoção religiosa, assim como uma madrinha

De certa forma a manutenção destes “espaços com entradas francas para todos” (FREYRE, 1977: 124), adquiriam a condição de “remédio e meio de conservar a fé e piedade no povo simples e religioso dos nossos interiores que aí ouvem missa e confessam-se em grande número” (IDEM: 148). Esses locais de reza eram um importante mecanismo para suprir a falta de capelas e principalmente as distâncias geográficas que existiam entre elas e os fiéis. A presença desses “recintos de fé”, que além das orações serviam também como *locus* onde se administrava os sacramentos, gerava ônus e bônus. As despesas ficavam por conta da hospedagem e da alimentação de dezenas de pessoas por muitos dias seguidos (MARTINY, 2010). Já os “ganhos” vinham de forma indireta, pois uma das formas de retribuir as gentilezas da hospitalidade era estreitando os laços através do compadrio o que conferia a seus proprietários uma oportunidade privilegiada para afirmação do mandonismo e exercício de reconhecimento social (IDEM).

A título de ilustração, entre os anos de 1878 e 1881, o vigário Boaventura Garcia passou três vezes pela estância de São Xavier, permanecendo três dias na primeira ocasião e dois dias tanto na segunda como na terceira oportunidade, sendo que ao todo foram realizadas noventa e sete cerimônias. Os batizados “a granel” que aproveitavam a figura do padre itinerante renderam ao núcleo familiar quarenta relações nas quais eles foram convidados a serem partícipes do cerimonial. Entre aqueles que foram remidos do pecado original por meio da água e dos santos óleos do batismo, junto ao oratório e tiveram como padrinhos o casal elenca-se Manoel, filho legítimo de Prudente Campos e Maria Caetana de Oliveira¹⁰.

Segundo Hermes Bressan (2011), Prudente Campos vivia do ofício de capataz, porém não foi possível corroborar tal informação. Buscamos seu nome junto às listas da Guarda Nacional a fim de verificar a profissão que desenvolvia, no entanto seu nome não figurou em momento algum junto às qualificações da milícia cidadã¹¹. As poucas informações que obtivemos dele foram apuradas junto ao registro de batismo de seu filho Joaquim¹² onde

muito solicitada nos registros de batismo, principalmente entre escravos e descendentes de escravos na localidade de Morro Alto. No que dista a valer-se da Conceição como madrinha espiritual Paulo Moreira ressaltou que “*por não ser deste mundo, não deve nos fazer pensar que não tinha influência no cotidiano mundano. Ter Nossa Senhora por Madrinha também angariava parentescos simbólicos, afinidades, aliados*” (2010: 133). Dos noventa e sete batizados realizados junto ao oratório, entre 1878 a 1881, pelo menos doze crianças tiveram a figura da Conceição como madrinha espiritual. Entre elas, Quirino um dos filhos que Zeferino e Mariana tiveram.

AASM, **Registro de batismo de Quirino**. São Vicente, a. 1878, Liv. 1, ff. 47 r., n.º 85.

¹⁰AASM, **Registro de batismo de Manoel**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 50v., n.º 111.

¹¹AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 59; a. 1873, m.58; a. 1874, m.60.

¹²AMDB, **Registro de batismo de Joaquim**. São Gabriel, a. 1861, liv. 6b, ff. 52r, n.º 242.

consta que o mesmo era natural da província de São Paulo e foi “qualificado” como pardo livre.

Três anos mais tarde as duas famílias se encontraram novamente junto ao oratório com o propósito de referendar a união conjugal de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia Maria dos Santos. Os nubentes deixaram o “estado de concubinato” em que viviam, recebendo as “bençãos nupciais em todo conforme com o ritual do Arcebispado da Bahia”¹³. Entre as testemunhas que abonaram o enlace estavam Zeferino e sua esposa. Além disso, no referido assento, foi mencionado que quando viviam de forma ilícita havia nascido Maria, que dali por diante, segundo as palavras do vigário, deveria ser vista como filha legítima dos consortes.

Outra informação que Bressan (2011) traz em seu livro, está ligada ao local de moradia dos Campos de Oliveira, localizada junto a uma das propriedades que os Alves da Conceição possuíam na Serra de São Xavier, ou seja, tratava-se de uma família que vivia em terra alheia, na condição de agregados. Talvez outro elemento que confirme a condição de subalternos da referida família possa ser verificado junto ao, já citado, assento matrimonial de Francisco e Ignacia, que foram dispensados, pelo pároco, das certidões de batismo pela situação de extrema pobreza em que viviam.

No entendimento de Cacilda Machado, conseguir “agregar pessoas (isto é, reunir dependentes) representava dispor de força de trabalho complementar” e simultaneamente funcionava como “fonte de distinção social” (2008: 53). Parece-nos que este batizado significou, por parte dos “patrões”, uma relação vertical para baixo, que procurava entre os setores menos favorecidos do estrato social formas de consenso e legitimação, criando de certa forma um espírito de coesão por onde perpassavam relações de clientela que simultaneamente articulavam proteção e lealdade (SAMARA, 1981). Já do ponto de vista de Prudente e de sua companheira, a relação de parentesco simbólico representou o reverso da moeda, possivelmente significou um mecanismo de ascensão, pois sem dúvida o casal proprietário das terras onde haviam encontrado guarida eram pessoas que faziam parte de outro estrato dentro da hierarquia social de São Vicente.

No entanto, os liames entre as duas famílias não ficaram restritos a conexão de parentesco fictício, pois Marcolina Campos de Oliveira (1856-1936), uma das filhas do casal de agregados, passou a viver, por volta de 1880, segundo os padrões da Igreja Católica, de

¹³ AASM, **Registro de matrimônio de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos**. São Vicente, a. 1881, *liv.* 1, *ff.* 39 r. e v. *n.º* 13.

forma ilícita com João Alves Machado. Conforme Bressan (2011), a relação de concubinato não teria agradado a família do moço, entre outras razões teria pesado a condição humilde da rapariga. Conforme constatou Luciano Figueiredo (1987) uniões consensuais entre agregados com membros do domicílio ao qual estavam vinculados, constituiu-se numa situação muito habitual junto às famílias das Minas Gerais setecentista. O caso ora apresentado nos remete as ideias de Fredrik Barth, segundo o qual “o comportamento costumeiro médio que podemos encontrar na sociedade, resulta da interação de diferentes escolhas individuais, condicionadas pelas situações, mas antes de tudo impossíveis de serem previstas segundo um modelo preestabelecido de conduta” (apud LIMA, 2006: 197). Ao entrelaçar sua vida a de uma moça de origem simples, João Alves Machado nos faz pensar que as relações conjugais não podem ser pensadas somente sob a ótica de um veículo social que engendrava interesses e para tanto servia ao propósito de formar e ou ratificar alianças patri-matrimoniais por onde circulavam diferentes tipos de interesses. Temos que inferir também a questões ligadas à paixão e ao amor, sob pena de incorrerem em predeterminismos reducionistas do comportamento dos sujeitos, ou seja, transformar as ações dos indivíduos num desenrolar mecânico onde somente as vantagens comparativas são pesadas na hora da tomada de decisões.

Mas voltemos a tratar do amasiamento de João e Marcolina, atentando para alguns aspectos que envolveram a prole que resultou desta união. Consta no *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas* que o referido casal teve onze filhos “João, Marcírio, Francisco, José, André, Zeferino, Laudelino, Izaltino, Cândido, Juvenal e Joana” (1934: 260). Em julho de 1881 Marcolina batizou, junto à residência de Luiz Weis, João¹⁴ e Marcírio¹⁵, sendo que ambos foram citados como filhos naturais. O primeiro havia nascido dois anos antes e o segundo estava com cerca de dois meses quando foi batizado. Interessante pontuar que na semana anterior ao batizado dos meninos o padre havia passado pelo oratório que seus avôs mantinham junto a Serra de São Xavier e seus genitores não aproveitaram a oportunidade para batizá-los. Conjecturamos um possível afastamento de João em relação a seus pais, motivado pelo concubinato com a filha dos agregados. Tal proposição ganha força se levarmos em conta que o personagem não se fez presente nos registros de batismo produzidos junto ao oratório de sua família por cerca de dois anos. Ao olharmos os nomes dos

¹⁴ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1881, Liv. 2, ff. 39, n° 148.

¹⁵ AASM, **Registro de batismo de Marcírio**. São Vicente, a. 1881, Liv. 2, ff. 39, n° 149.

padrinhos que seus primeiros filhos tiveram, tratava-se de pessoas que não possuíam relações de parentesco sanguíneo nem por afinidade, nem com ele nem com sua companheira.

Entretanto acreditamos que isso não tenha passado de um “mal estar” efêmero, na medida em que no ano de 1882 João, juntamente com sua irmã Maria Alves da Conceição, foi chamado para se tornar o pai espiritual de um dos sobrinhos que nasceram do consórcio entre Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição. Vale dizer que o menino João¹⁶, ao adentrar no mundo da cristandade, passou a ter o mesmo nome de seu tio, o que nos fazer pensar mais uma vez na transmissão do nome enquanto um elemento de pertencimento que ratificava vínculos familiares e paralelamente poderia contribuir na condição de localizador social.

No que toca a reaproximação com seus pais Zeferino e Mariana, deve ter sido selada definitivamente em 1885, quando Francisco foi batizado junto à matriz de São Vicente e teve como padrinhos a figura de seus avôs paternos¹⁷. Elisabeth Kusnesof (1990), ao estudar os assentos batismais de livres na paróquia de São Cristóvão (RJ), entre 1858 e 1867, constatou que, no caso de rebentos descritos na condição de ilegítimos, a presença nos rituais de batismo dos avôs na condição de padrinhos, acabava assumindo a condição de demonstração do envolvimento e apoio familiar as crianças que se encontravam em tal condição.

Em relação à ilegitimidade das vinte e uma vezes em que o casal Zeferino e Mariana fez par em cerimônias de batismo, em onze delas tratavam-se de crianças descritas como filhos naturais. É difícil conjecturar sobre a questão da ilegitimidade, se fruto de aventuras amorosas de mães solteiras ou de relações consensuais. José O. Beozzo apontou que o batismo de certa forma poderia assumir, em casos de mães solteiras, a condição de redenção, uma vez que “a criança que não tinha pai reconhecido, ganhava de imediato um padrinho e uma madrinha que contraíam para com ela obrigações sagradas e por toda a vida” (1993: 41). Já no que concerne a dimensão religiosa, ter um padrinho significava ter alguém que lhe dava fiança ante Deus, já do ponto de vista civil, o pai espiritual abonava o afilhado perante a sociedade, talvez assim diminuindo a marca da ilegitimidade. No que toca aos frutos de uniões não sancionadas pelo catolicismo se somarmos todos os registros que foram feitos entre 1861 a 1912 junto à freguesia depois paróquia de São Vicente Ferrer, perfazem um total de 8.702 assentos. Ao nos determos somente naqueles que sugerem a condição de

¹⁶ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1882, Liv. 2, ff. 71v., n° 136.

¹⁷ AASM, **Registro de batismo de Francisco**. São Vicente, a. 1885, Liv. 3, ff. 27v., n° 60.

ilegitimidade (naturais, expostos, adulterinos, pais incógnitos e filhos de pais unidos somente pelo contrato civil) chegamos a um percentual de 50,2%.

As últimas informações que conseguimos a respeito do personagem Zeferino foram obtidas junto aos documentos produzidos pelos camaristas de São Vicente. No ano de 1882 o distrito foi elevado à condição de município autônomo de São Gabriel, mediante a lei provincial n.º 1.364. Em janeiro do ano seguinte instalou-se a primeira câmara, e uma das medidas iniciais dos vereadores vicentinos esteve atrelada a picada de São Xavier, espaço de suma importância para a economia da nova unidade administrativa, por ser a via de comunicação para a fronteira por onde passava o gado vacum de corte e as carretas que transportavam gêneros alimentícios e madeira serrada. Pela mesma estrada também trafegavam as carretas rumo a Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e ao distrito da Palmeira, situadas na porção norte da província, onde se desenvolvia o “*commercio dos hervaes*”¹⁸. José Maria Machado de Bittencourt não mediu esforços para que fosse contratado o cidadão Zeferino Alves Machado a fim de abrir o novo caminho, haja vista que já tinha experiência em trabalhos dessa natureza. Uma vez acertadas as partes os trabalhos tiveram início em 1883 e a empreitada ficou pronta em 1886. Pela realização do serviço o lavrador teria direito a dois contos de réis, o primeiro deles adiantado e o outro deveria ter recebido ao final da empreitada. No entanto, no ato do acerto final o mesmo foi citado como morto e o pagamento foi realizado a sua esposa Mariana¹⁹. Todavia, pela qualidade do serviço realizado e após solicitação feita pela viúva diretamente aos camaristas, seu filho João Alves Machado fora confirmado na condição de zelador da picada.

No que diz respeito à trajetória da viúva Mariana conseguimos averiguar que a princípio não se desfez de sua meação no que concernem as terras, pois não localizamos nenhuma escritura pública junto ao notário de São Vicente do Sul onde fosse mencionada na condição de vendedora. Ainda no tocante a documentação cartorial obtivemos o registro de uma procuração feita em outubro de 1891, na casa de moradia do genro Randolpho, onde delegou plenos poderes a Achilles Brandão para que procedesse ao requerimento junto ao governo do estado com o intuito de legitimar uma área de matos que havia sido medida junto

¹⁸ AHRS, **Relatório de informações topográficas e históricas do municípios do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

¹⁹ AHRS, **Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado**. São Vicente, 02 de março de 1887.

a Serra de São Xavier²⁰. Na citada procuração que Dona Mariana passou ao intendente municipal verificamos pelo menos duas situações interessantes. A primeira delas relacionada ao termo Dona, expressão que se repetiria nos assentos batismais e em seu inventário produzidos anos mais tarde. Aquela foi a primeira oportunidade, pelo menos que tivemos acesso, em que este “título reservado a poucas mulheres” antecedeu ao seu prenome (VENÂNCIO et al, 2006: 5). Expressão que trazia em seu bojo distinção e notoriedade social. A outra observação foi que era analfabeta, uma vez que por não saber ler nem escrever o fez a seu rogo seu filho João Alves Machado.

Outro cenário onde localizamos seu nome foi junto aos assentos de batismo, onde após ter assumido o estado de viuvez apareceu na condição de madrinha em oito ocasiões. Em uma delas encontramos Dona Mariana amadrinhando o inocente Brinato²¹ quando fez par com Zeferino José da Silva Pereira, talvez possamos pensar num reforço das redes familiares na medida em que o par escolhido era um dos netos que carregava a mesma “graça” de seu falecido marido. Mas sem dúvida nenhuma o companheiro privilegiado para fazer par junto a pia batismal foi seu filho João, uma vez que dos oito rebentos que se tornou mãe espiritual após o falecimento de seu esposo, em cinco oportunidades desenvolveu a prática do amadrinhamento na companhia de seu filho mais velho. João se revelaria um padrinho muito solicitado, encontramos, para o recorte temporal e para a paróquia que nos propusemos estudar, vinte e quatro assentos onde teve seu nome citado nesta condição, uma das situações que mais chamou nossa atenção nas cerimônias foram os nomes das madrinhas que o acompanharam, quando não fez par com sua mãe, a tarefa de mãe espiritual foi assumida por uma de suas irmãs, principalmente Maria que o acompanhou em dezesseis oportunidades. Outra questão que podemos averiguar esteve ligada a sua presença no ato de batizado de seus filhos Maria, André e Isaltino, pois mesmo não sendo citado verificamos que no mesmo dia em que seus filhos foram batizados²², teve seu nome registrado como partícipe em outras cerimônias conforme sugerem outros assentos²³.

²⁰ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, a. 1891, liv.6, ff. 51.

²¹ AASM, **Registro de batismo de Brinato**. São Vicente, a. 1896, Liv. 5, ff.01., n° 115.

²² AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1888, Liv. 3, ff. 80, n° 160.

AASM, **Registro de batismo de André**. São Vicente, a. 1896, Liv. 4, ff. 100v., n° 100.

AASM, **Registro de batismo de Isaltino**. São Vicente, a. 1896, Liv. 5, ff. 01, n° 113.

²³ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1888, Liv. 3, ff. 80., n° 161.

AASM, **Registro de batismo de Rosalina**. São Vicente, a. 1896, Liv. 4, ff. 100v., n° 102.

AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1896, Liv.43, ff. 100v., n° 107.

Fato interessante foi ter encontrado os amásios João e Marcolina fazendo par como padrinhos em apenas uma oportunidade²⁴. Contudo, de forma alguma estamos sugerindo um afastamento, pois estando certa a data apontada por Bressan (2011) de que os dois teriam se amancebado por volta de 1880, essa união teria perdurado até 1936, ano em que ela veio a falecer²⁵. O que nos sugere longe de “um comportamento promíscuo e desregrado” uma união consensual tão estável “quanto aquelas oficializadas pela legislação civil e eclesiástica” (PEREIRA, 2009: 103).

Coube ainda a João a incumbência de cuidar e amparar sua genitora nos anos finais de sua vida e para tanto foi beneficiado com a terça na colação de bens quando ela faleceu em 1924. Dona Mariana, morreu no dia 31 de outubro, em sua casa, aos noventa anos de morte natural sem qualquer tipo de assistência médica²⁶. O referido comunicado foi feito cerca de quinze dias depois pelo filho João. A condição de herdeiro privilegiado teria gerado “rusgas” internas dentro da estirpe, na medida em que além de ter ficado com terras a mais paralelamente teria tido o direito de escolher seu quinhão (BRESSAN, 2011).

Infelizmente o inventário²⁷ de Dona Mariana sofreu com a ação do tempo e quase a metade das páginas acabaram se perdendo. Mas as folhas que restaram nos suscitaram alguns pontos interessantes, entre eles, a longevidade da velha senhora que ao partir desse mundo já havia presenciado a morte das filhas Rita, Joaquina, Cândida e de Quirino. Assim como já havia ocorrido o óbito dos genros Randolpho José da Silva Pereira, João Antonio de Oliveira e Faustino Ciriaco Jardim.

Outro ponto ficou por conta dos arranjos matrimoniais firmados pelos netos que apareceram na condição de herdeiros. Encontramos três casais formados a partir da união entre primos de primeiro grau, entre eles José da Silva Pereira e Mariana de Alves de Oliveira. No entendimento de Pierre Bourdieu uniões dessa natureza eram acompanhadas de sentimentos dicotômicos, pois representavam um momento por onde perpassava a escolha entre “a fusão e a fissão, entre o dentro e o fora, entre a segurança e a aventura, impõe-se a propósito de cada casamento: se ele garante o máximo de proteção ao grupo mínimo, o casamento com a prima paralela não faz senão redobrar a relação de filiação pela relação de

²⁴ AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1878, Liv. 1, ff. 52, n.º 126.

²⁵ Segundo Bressan (2011) pouco depois da morte de sua primeira esposa “Jango” Alves se uniu a Carmela Sachett com a qual permaneceu casado até 1948 quando ocorreu seu falecimento.

²⁶ TABELIONATO DE REGISTROS CIVIS DE SÃO VICENTE, **Certidão de óbito de Mariana Leite da Conceição**. a. 1924, liv.C-1, ff. 01, n.º 1.

²⁷ AJC, **Inventário post-mortem de Dona Mariana Alves da Conceição**. São Vicente, a. 1925, cx. 503, n.º 215.

aliança” (2009: 307). Além do reforço dos vínculos internos dos núcleos familiares essas alianças também serviam, em alguns casos, para evitar a dispersão do patrimônio.

No que toca a família de João Alves Machado, em 1934, foi citada entre as mil e quinhentas melhores famílias do Rio Grande do Sul em lista organizada a mando de, nada mais nada menos que, Getúlio Dorneles Vargas. A qualidade passava por questões políticas e tinha haver diretamente com a contribuição dada quatro anos antes durante a campanha presidencial e no movimento armado que havia possibilitado o político gaúcho ascender ao cargo de presidente. Naquela oportunidade a estirpe foi classificada como sendo “genuinamente republicana”, que desde longa data “tem amparado o Partido Castilhistas com armas e com o voto, inabaláveis em suas convicções, irmanados pelo sangue e pelas idéas”²⁸. Ademais, João fora definido como um personagem detentor de grande prestígio e respeito no meio social do município. O que nos faz propugnar que de certa forma aquilo que seus ancestrais haviam orquestrado no sentido de busca de notoriedade social havia se materializado.

Considerações finais

Ao trilharmos a senda da micro-história, com ênfase na onomástica e no paradigma indiciário, tratamos dos elos de compadrio firmados pelo casal Zeferino e Mariana junto a outros núcleos familiares residentes na Freguesia de São Vicente Ferrer enquanto estratégias estabelecidas com o intuito de obter reconhecimento social. Nesse sentido salientamos a importância do oratório particular consagrado a Nossa Senhora da Conceição e mantido junto à casa de vivendas situada na serra de São Xavier onde dezenas de crianças foram remidas do pecado original através da água e dos santos óleos batismais.

Observamos que “por detrás da pia”, nas interfaces da prática do compadrio, circulavam princípios transcendentais e imanentes, onde os parentes espirituais se convertiam em aliados para as demandas mundanas. Tais como aquelas desenvolvidas por Cândido José da Silva Pereira quando ocupou o cargo de juiz de paz distrital concedendo benesses ao seu compadre no tocante a prestar serviços para a municipalidade. Situação que se repetiria anos mais tarde com José Maria Machado de Bittencourt que ao presidir a câmara do município de

²⁸ **Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas** ...op. cit. p. 260.

São Vicente oportunizou ao lavrador também agregar renda mediante a realização da tarefa de construir um novo caminho que ligava o novo município a vários outros lugares da província.

O balanço das redes também nos possibilitou discorrer sobre as relações diádicas, ou seja, malhas estabelecidas entre personagens que ocupavam lugares diferentes dentro do tecido social. Destacamos as urdiduras de caráter vertical para baixo ao analisarmos o tramado que envolveu os Alves da Conceição e a família de agregados dos Campos de Oliveira, onde além do parentesco ritual abordamos a relação consensual entre João Alves Machado e Marcolina Campos de Oliveira que nos serviram de pretexto para abordarmos a faceta da prole ilegítima bem como um possível afastamento em virtude da união ilícita com a moça de família pobre.

Por fim, tratamos de Dona Mariana que após ter assumido a condição de viúva tratou de ratificar os elos familiares de modo especial com o filho João, a quem coube a tarefa de acompanhar sua mãe nos anos finais de sua vida e para tanto acabou assumindo a condição de herdeiro privilegiado, não só de bens materiais, mas constituiu-se no detentor do patrimônio simbólico que seus ascendentes haviam construído valendo-se, entre outros recursos, das muitas faces que a prática cultural do compadrio possibilitava.

Referências

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. **In:** DREHER, Martin N. **Imigrações e história da igreja no Brasil.** Aparecida: Editora Santuário, 1993.

BORDIEU, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.

BRESSAN, Hermes. **Rincão dos Alves - raízes e história:** Jaguari – 4º Distrito: resgate da memória dos rinconenses. Jaguari: [s.n.], 2011.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. **In:** REVEL, Jacques (org.). **Jogo de escalas: A experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias:** Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores:** freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, vol. 11, n.º 21, jul. – dez. 2010:74-106. Disponível em www.revistatopoi.org/ acessado em 01/2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HAMEISTER, Martha D. **Para Dar Calor à Nova Povoação:** estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado), Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, RJ, 2006.

HESPANHA, Antônio Manoel. **Carne de uma só carne:** para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. Lisboa: Análise Social, 1993, Vol. XXVIII: 951-973.

KUSNESOF, Elizabeth Anne. “Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro”. In: LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana:** indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à propriedade do município”** Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, RS, 2001.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Fragmentos de um enredo: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (orgs.). **Escravidão mestiçagens, populações e identidades**

culturais. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando A. (orgs). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna.** Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799.** Braga: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 2009, 284 F. (Tese de doutorado).

RAMOS, Donald. **Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro.** *Varia Historia*, Belo Horizonte, 2004, n.º 31: 41-68.

REVEL, Jacques (org.). **Jogo de escalas: A experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830)** São Paulo: Estudos econômicos, 1981. Vol. 11: 159-168.

_____. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII.** Bauru: EDUSC, 2003.

SERNA, Justo e PONS, Anacleto. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas.** A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

VENÂNCIO, Renato Pinto [et. al]. **O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII.** São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006, vol. 26, n.º 52. Disponível em www.scielo.br/ acessado em 06/2010.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta.** Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese (Doutorado), Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, RJ, 2013.